

O FUTEBOL COMO ATIVIDADE MEDIADORA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: QUEM USOU QUEM?

Agnaldo Kupper¹

Resumo: Nas primeiras décadas do século XX, no contexto da fase de popularização/democratização do futebol, o movimento operário brasileiro postou-se de forma ruidosa. Apesar da ação repressiva governamental, a nascente burguesia industrial brasileira, inquieta diante das mobilizações sindicais proletárias, teria feito uso de mecanismos menos duros como apoiar e financiar o esporte que caíra nas graças operárias e de diversos outros segmentos populares. Porém, afirmar que o futebol seria uma invenção das classes dominantes para manipular os trabalhadores ou uma apropriação em forma de resistência dos segmentos sociais dominados, soa pequeno. Há, muito possivelmente, um contexto maior. A estruturação de diversas agremiações de futebol a partir da popularização do esporte (suplantando o caráter elitista da prática) teria atendido a diversas outras intenções, além do controle sobre o tempo livre dos trabalhadores.

Palavras-chave: futebol, investimentos, controle, manipulação democratização.

Football As a Mediating Activity in Labor Relations: Who Used Who?

Abstract: In the first decades of the 20th century, in the context of the popularization/democratization of football, the Brazilian labor movement was noisily positioned. Despite the government's repressive action, the nascent Brazilian industrial bourgeoisie, restless in the face of proletarian union mobilizations, would have made use of less harsh mechanisms such as supporting and financing the sport that had fallen into favor with the workers and several other popular segments. However, to say that football was an invention of the dominant classes to manipulate workers or an appropriation in the form of resistance by the dominated social segments, sounds small. There is quite possibly a larger context. The structuring of several soccer associations based on the popularization of the sport (overcoming the elitist nature of the practice) would have met several other intentions, in addition to controlling workers' free time.

Keywords: soccer, investments, control, manipulation, democratization.

Introdução

No Brasil, a existência de numerosos portos, aliada ao grande território do país, torna difícil precisar um local correto da introdução do futebol. No entanto, São Paulo - até pelos inúmeros empreendimentos e investimentos ingleses - teria sido a primeira cidade brasileira a assistir a pelepas em suas vias, acompanhada bem de perto pelas partidas de futebol improvisadas na cidade do Rio de Janeiro,

¹ Mestre e Doutor pela Universidade Estadual Paulista - Email: agnaldokupper2009@hotmail.com

então capital do país.

Em realidade, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro assumiram papel de destaque no futebol desde o início do século XX, independentemente do pioneirismo da prática. A primeira pelo desempenho econômico; a segunda por ser o centro político do país.

No Brasil, o regulamento dos primeiros torneios de futebol previa que apenas jogadores alfabetizados e não realizadores de trabalhos braçais poderiam atuar, tal qual o país em seus primeiros anos de República: oligárquico e excludente, embora o progressivo avanço do futebol em solo nacional deva ser atribuído ao apego dos trabalhadores ao esporte, seja de forma espontânea, seja pelos estímulos dados por dirigentes fabris com intenções de controle sobre o lazer e sobre a vida dos trabalhadores fora do ambiente produtivo. Não sem resistências, indicando que o mundo operário não se resume a lutas e exploração, mas amplia-se para o cotidiano e para as tensões e relaxamentos diários, onde a vida também é compartilhada.

Industrialização: exploração e resistência

De acordo com o censo de 1907, existiam três mil quatrocentos e dez estabelecimentos industriais no Brasil², ocupando pouco mais de cento e cinquenta e seis mil operários, responsáveis por uma produção avaliada em setecentos e sessenta mil contos. O Rio de Janeiro aparecia como o maior centro fabril do país, com 30% da produção total e empregando 24% do operariado brasileiro, seguido de São Paulo, com 16,5% (vale lembrar que neste ano, em São Paulo, 46% das fábricas e 63% da população operária concentrava-se na capital; os outros 37% da população operária paulista espalhavam-se por cidades como Santos, Jundiaí, Campinas, Sorocaba, Piracicaba, Itu, Tatuí, São Bernardo do Campo, Taubaté, entre outras).

À medida que o processo industrial avançou no país, associações de resistência procuraram organizar os trabalhadores em torno da luta pela defesa de seus interesses materiais e morais ameaçados pela exploração do trabalho. Sindicatos, sociedades mutualistas e recreativas, agremiações esportivas, grupos musicais e teatrais, tornaram-se, a partir da organização operária, locais de convívio coletivo fora das fábricas (LUCA, 1990). Progressivamente, a exploração

² Recenseamento Brasileiro Industrial de 1907

do trabalho nas fábricas instaladas no Estado de São Paulo passou a ser denunciada através de jornais e periódicos:

[...] o suplício dos operários atingiu o cúmulo inquisitorial nas fábricas de tecido de São Paulo [...] os teares e as máquinas nunca param nem de dia nem de noite. Os homens [...] trabalham 16 horas por dia; as mulheres trabalham, segundo os ramos, 14, 12 e 11 horas por dia [...] As crianças trabalham das 5 da tarde às 6 da manhã com uma hora de intervalo, sob a vigilância dos guardas. (A TERRA LIVRE, 1907)

Como reflexo da I Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil passou a compor de forma mais eficaz seu parque industrial, em razão das dificuldades de importação de produtos manufaturados europeus, assim como de obtenção de créditos no exterior. Com o desenvolvimento contínuo das indústrias, passaram a ser produzidas em solo nacional diversas mercadorias necessárias para o abastecimento local. Tal surto industrial, no entanto, ocorreu sem qualquer política de incentivo do governo federal, cujas ações se voltaram para a proteção da cafeicultura e de outros produtos do setor primário. Mesmo assim, os obstáculos não impediram que o setor secundário brasileiro se desenvolvesse.

As condições de vida dos trabalhadores fabris do Brasil (embora poucos em número num país ainda de base rural) tornaram-se ainda mais lastimáveis a partir da aceleração industrial nacional: casas infectas, falta de água, ausência de rede de esgoto e iluminação, baixos salários, inflação galopante, ausência de regulamentação mínima de trabalho, alta jornada diária e exploração em massa de mulheres e crianças nas fábricas.

No interior das fábricas, a disciplina tornou-se progressivamente mais rigorosa, não só quanto aos horários. Erros insignificantes acarretavam multas e algumas fábricas utilizavam-se da aplicação de castigos corporais a menores aprendizes.

À medida que o processo de industrialização avançou em áreas como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o antagonismo entre burguesia e proletariado industrial engrandeceu. Fortaleceram-se associações demonstradoras da obtenção progressiva de consciência do proletariado em formação (sindicatos, ligas, partidos, uniões operárias, entre outras), lapidados em ideias pela experiência de imigrantes estrangeiros, com as associações de resistência organizando os trabalhadores na luta por melhores condições. Como muitos dos estrangeiros provinham de regiões do sul do Velho Mundo,

contaminadas por fortes ideias anarquistas, não é de se estranhar que tal ideologia tenha prevalecido sobre as lutas trabalhistas. Os representantes de grupos de combate aos patrões mantiveram uma imprensa sindical atuante (nas primeiras três décadas do século XX, o país contava com cerca de trezentos jornais e periódicos anarquistas, tais como *O Sociocrata*, *O Combate*, *O Syndicalista*, *A Revolta*, *A Vida*, *A Plebe*, *A Dor Humana* e *A Vanguarda*) que, em geral, pregava a greve geral dos trabalhadores como método radical de enfrentamento aos empregadores e ao Estado.

O sindicalismo brasileiro, no primeiro quartel do século XX, embora mostrando instabilidades, foi precursor como instrumento da organização operária, gerando certa aflição à burguesia industrial. Na prática, a aproximação dos trabalhadores junto aos sindicatos se dava através da realização dos congressos operários.

Em 09 de junho de 1917, iniciou-se uma onda de greves que paralisou São Paulo e várias indústrias do interior do Estado. A paralisação de quatrocentos dos pouco mais de mil e trezentos operários do Cotonifício Crespi, localizado no bairro paulistano da Mooca, generalizou-se no dia 29, com os trabalhadores exigindo aumento de 20% nos salários. Nos dias que se seguiram, aderiram ao movimento a Companhia Antártica Paulista, a Fábrica de Tecidos Ipiranga, a Fábrica de Tecidos Mariângela, entre outras. A morte do sapateiro anarquista José Martinez, em 9 de julho (com apenas 21 anos de idade), acirrou ainda mais os ânimos e as reclamações operárias tornaram-se mais intensas, inclusive sobre a especulação com gêneros alimentícios de primeira necessidade. Em decorrência do falecimento de Martinez, indústrias e trabalhadores pararam. Calcula-se que dez mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre que passou pelo Viaduto do Chá, Praça da República, rua da Consolação e avenida Municipal até o Araçá (KUPPER, 2021).

Não tardou para que medidas mais enérgicas fossem tomadas por parte das autoridades, ordenando, inclusive, que soldados atirassem em manifestantes com o intuito de evitar passeatas e que fossem aprisionados os principais líderes do movimento que, neste mesmo ano, já passava a influenciar trabalhadores de outras unidades da federação (ALVES, 2002).

Para que o processo grevista de 1917 fosse detido, algumas concessões foram feitas por parte do patronato: aumento de 20%, a não demissão de

operários grevistas e a libertação de operários detidos durante a mobilização. Em 16 de julho, o movimento grevista começou a ser dissolvido. Porém, novos movimentos paralisatórios ocorreram em São Paulo, Porto Alegre, Salvador (1919) e Rio de Janeiro (1918). Exigia-se jornada de oito horas/dia (posteriormente concedida pelos industriais).

O Futebol como forma de controle

Foi no ambiente das fábricas que o futebol ganhou corpo e estrutura, com os trabalhadores, na busca de lazer, criando soluções para praticar o esporte.

No Rio de Janeiro, foi criada, em 1892, a Companhia Progresso. A mesma conheceu algumas greves que a paralisaram: em 1894, 1896 e em 1903 (neste último ano, o movimento atingiu outras fábricas do Rio de Janeiro - reclamatória da alta jornada de trabalho imposta aos trabalhadores e por melhores salários – e envolveu dezoito mil e setecentos trabalhadores da capital federal) (O PAIZ, 22/08/1903). Importante salientar que em 1900 a população de Bangu, bairro sede da Companhia Progresso, foi estimada em quatro mil habitantes; seis anos após, o bairro contava aproximadamente com cerca de 6.300 habitantes, o que representou 55% de crescimento referente ao dado anterior. Deste número, SANTOS JÚNIOR (2013) sustenta que 1.500 eram trabalhadores da Fábrica Bangu, demonstrando a importância da indústria. Em 1912, o número de operários local saltou para 2.754.

Por ocasião da greve de 1903³, o diretor-presidente da Companhia, o luso Eduardo Gomes Ferreira, pediu exoneração do cargo em 17 de agosto do mesmo ano e foi elevado à condição de diretor-gerente interino do empreendimento o tesoureiro espanhol João Ferrer, que teria adotado um estilo paternalista ao procurar criar um espírito solidário entre os diversos trabalhadores da empresa. Com Ferrer na direção, os mestres têxteis ingleses foram atendidos em uma antiga reivindicação: a fundação de um clube de futebol, nos moldes do existente em seu país de origem, indicando que o novo diretor teria entendido que o futebol (ainda uma novidade no Brasil), poderia servir para unir os trabalhadores da

³ Descrita em Relatório da Assembleia Geral Ordinária da Companhia Progresso Industrial do Brasil (Typografia da Papelaria União, Rio de Janeiro). O movimento teve início em 11 de agosto de 1903 quando funcionários da Fábrica de Tecido Cruzeiro, no bairro do Andaraí, entraram em greve por melhores condições de trabalho; o evento teve duração de vinte e seis dias. nos dias

Companhia.

De acordo com as intenções da Progresso, surgiu o Bangu Athletic Club (primeiro clube de fábrica do Brasil), em 17 de abril de 1904. Poucos empregados foram aceitos no novo clube, prevalecendo os funcionários especializados de origem estrangeira e sua disposição para o lazer. No entanto, a necessidade de apoio para a manutenção do futebol na fábrica - até pelo número de praticantes que se mostrava reduzido, impedindo, muitas vezes, a formação de times – fez com que fosse aberta a participação de operários de outras origens⁴. O valor para o ingresso (joia) foi estipulado em 2\$000 e o da mensalidade em 1\$000, como forma de angariar trabalhadores de origem mais humilde (a título de comparação, o Fluminense, altamente elitizado, cobrava mensalidade de 5\$000)⁵.

O Bangu distingue-se de outros clubes do Rio de Janeiro por ser o precursor da democratização do acesso às práticas futebolísticas, por ter sido o primeiro time operário do Rio de Janeiro, por ter dado aos jogadores-operários privilégios (abono de faltas e garantia de emprego, por exemplo), por receber por parte da diretoria certa condescendência e por iniciar a subordinação à vigilância das ações dos trabalhadores, demonstrando dependência e o interesse dos trabalhadores em fazer parte de uma “elite operária”.

O campo do Bangu transformou-se em uma extensão da fábrica, numa espécie de continuidade do espaço de trabalho. Normal, dessa forma, que a direção da Companhia Progresso o tratasse como um departamento, sendo feita a cessão de terreno, de móveis e de utensílios para o clube, além de uniformes e incentivos à promoção de festivais entre os seus sócios⁶.

Com a apreciação contínua da prática, a direção da fábrica Bangu passou a conceder maiores privilégios aos considerados bons jogadores-operários, como trabalho mais leve, promoções e licenças especiais para treinamentos. Aos poucos, o futebol do Bangu tornou-se mais famoso que a fábrica em si e muitos jovens passaram a ser admitidos mais pela habilidade futebolística do que pela

⁴ *Jornal do Commercio*, 06 de agosto de 1904 (publicação da primeira Ata do Bangu, 17 de abril de 1904)

⁵ O padrão da moeda no Brasil, foi, até 1942, o mil-réis. Um mil-réis era escrito como 1\$000. Usava-se o conto para indicação de grande quantidade de dinheiro. Um conto equivalia a 1 mil réis (1\$000.000)

⁶ Ata da Sessão de 21 de janeiro e 1915 e Ata da Sessão de 10 de fevereiro de 1916. Livro de Atas do Bangu AC

capacidade de trabalho. Porém, o clube ampliou-se, assim como foram ampliadas as atividades, que passaram a dedicar-se não apenas ao futebol. Segundo o *Jornal do Commercio*, a Fábrica Bangu deixava, ao conceder benfeitorias a seus trabalhadores “[...] homens, mulheres e crianças alegres, satisfeitas de sua sorte porque nada lhes falta: o médico, a farmácia, a escola, as diversões, o conforto”⁷.

Em 1906, Ferrer cedeu um campo de futebol ao Bangu AC num terreno da fábrica para que a associação disputasse o Primeiro Campeonato Carioca. No mesmo ano, construiu um teatro que foi doado à Sociedade Musical Progresso de Bangu (Casino Bangu).

Por ocasião da realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, ainda em 1906, decidiu-se por uma campanha por oito horas de trabalho. Bangu, com seus 1651 trabalhadores, não abraçou a causa. Para o dia do Congresso, 01 de Maio, Ferrer promoveu a inauguração de um jardim na Fábrica Bangu, seguida de um jogo de futebol entre o Bangu e o Esperança Football Club (agremiação também estruturada a partir da Companhia Progresso). Segundo o editorial do *Jornal Gazeta de Notícias*, na maior fábrica do Rio de Janeiro os operários não tinham nada a reivindicar, mas a agradecer (GAZETA DE NOTÍCIAS, 05/05/1906).

Com suas ações, João Ferrer teria conseguido controlar o operariado da Companhia Progresso, afastando-o das discussões e reivindicações dos trabalhadores do período. O dirigente contou, ainda, com o apoio da imprensa escrita, exaltadora de seus feitos. Críticas apenas da imprensa operária através do *Jornal A Voz do Trabalhador*:

[...] Como a imprensa não se cansa de agitar o seu turúbulo, incensando a benemerência dos senhores de Bangu, tivemos vontade de conhecer a fábrica e saber as condições econômicas dos companheiros que ali trabalham [...] A situação era igual ou pior do que a de outras fábricas. Não havia liberdade, mas havia uma forte depressão mental para fazer esquecer e até louvar o cativo. (A VOZ DO TRABALHADOR, 15/06/1909)

No caso do Bangu, mais do que combater o sindicalismo, o futebol serviu para unir empregados de nacionalidades diferentes, inclusive com o incentivo para a prática de outras modalidades esportivas como o tênis e o críquete para os não simpáticos ao bolapé⁸. Mas foi mesmo o futebol o elemento mais

⁷ *Jornal do Commercio*, 12 de junho de 1906, p. 1

⁸ “Ata da Sessão de 17 de abril de 1904”. Livro 1 de Atas das Sessões da Diretoria do Bangu AC

representativo de união e pertencimento que serviu sim, para unir operários da Fábrica Bangu, mas que parece não ter gerado uma consciência de classe. O Artigo 50 dos Estatutos do Bangu AC de 1915 desqualificava tal propósito ao prever ser “[...] expressamente proibidas, no recinto do club, as discussões de caráter político, religioso ou de nacionalidade” (ESTATUTO DO BANGU AC, 1915, p.10).

O Bangu AC fez “escola”. Para Cláudio Batalha (2004, p. 114), entre as indústrias têxteis “os clubes transformaram-se em mais um dos mecanismos de controle da empresa sobre seus empregados”.

Muitas associações de futebol passaram a ter em seus quadros membros das diretorias das unidades produtivas, até como forma de se obter auxílio financeiro em caso de necessidade. Tê-los também era uma forma dos clubes e seus sócios obterem legitimidade junto às autoridades policiais (BRETAS,1997), da mesma forma que a ação, ao que consta, diminuía a distância e as contradições entre empregados e empregadores.

Para muitos operários, no entanto, o apoio dado pelos diretores de fábricas (caso do Bangu e do Carioca FC) era visto como uma dádiva. Porém, a análise de diversos estatutos clubistas do período atesta que tais diretores exigiam relatórios que indicassem as aplicações, gastos e atividades desenvolvidas, controlando o desenvolvimento de tais agremiações esportivas. Tal controle estendeu-se a outras associações subsidiadas por fábricas em outros pontos do país, caso de São Paulo.

As iniciativas da Companhia Progresso (Bangu AC) de apoio ao futebol entre seus colaboradores teriam sido seguidas por outras companhias têxteis da cidade do Rio de Janeiro: Companhia de Fiação e Tecidos Carioca (Carioca Football Club, 1907), Fábrica Cruzeiro (Andarahy Athletico Club, 1909), Companhia Brazil Industrial (Paracambi Football Club, 1912), Companhia Confiança Industrial (Confiança Atlético Clube, 1915) e Fábrica Mavilis (Mavillis Football Club, 1915, em alusão às iniciais de Manuel Vicente Lisboa, um dos diretores da Companhia América Fabril e grande incentivador do esporte entre os funcionários da empresa). Vale citar que o Mavillis teve seu campo e sede estruturado pela companhia e apresentou em seus estatutos dispositivo que

eliminava do quadro de seus associados os envolvidos em “crimes ou ofensa moral”⁹.

Em diversos outros estatutos das associações esportivas do primeiro quartel do século XX consta a proibição de discussões políticas, sindicais ou religiosas¹⁰. O artigo 74 dos estatutos dos Lanifícios Minerva (Rio de Janeiro), de 1921, por exemplo, estipulava que seria “vedado ao club envolver-se em manifestações e atos de caráter político” e que os sócios estariam “impedidos de tratar de assuntos políticos na sede social”¹¹. Tais dispositivos demonstram os compromissos entre os subsidiados e patrocinadores dos clubes como uma forma de se evitar a participação dos integrantes das agremiações em greves e movimentos reivindicatórios, passando a imagem de uma relação amigável entre patrões e subordinados.

Da mesma forma que no Rio de Janeiro, em São Paulo o futebol passou a ser incorporado a diversas instituições fabris, caso do Juta Sant’Anna Football Club, que foi estruturado por funcionários da Companhia Nacional de Tecidos Juta (Fábrica Juta Sant’Anna) na década de 1910 no bairro do Brás. O time recebeu, de acordo com relatórios internos, total apoio da empresa, como suporte financeiro para a constituição de seu campo e sede, além de subsídios para manutenção. Jorge Street, dono da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ), no bairro Belenzinho, seguiu os passos da Companhia Progresso Industrial do Brazil, erguendo, entre 1911 e 1917, a Vila Maria Zélia para seus operários. Tudo indica que suas intenções eram as mesmas de outros centros produtivos. Para industriais como Nicolau Scarpa, também de São Paulo, o patrocínio aos grêmios seria uma forma de resolver os conflitos entre capital e trabalho. A Mesma iniciativa foi tomada pelo Cotonifício Crespi, pela Vidraçaria Santa Marina, pela Cigarros Sudan, pela Matarazzo e pela Companhia Lacta (SANTOS JÚNIOR, 2017).

Em São Paulo, os clubes da Light não foram diferentes de outros criados nas fábricas, mas sua tendência foi a de descentralizar as atividades esportivas entre seus colaboradores, não chegando a estabelecer um modelo padrão a ser seguido por suas associações esportivas. Dessa forma, foram estruturados

⁹ Estatutos do Mavillis Foot Ball Club, 23 de setembro de 1915 (IJ6-758, Arquivo Nacional RJ)

¹⁰ Estatutos do Andarahy Athletic Club, 1918; Estatutos do Republicano Athletic Club, de 23 de julho de 1912; Estatutos gerais do Confiança Atlético Club, de 1916, entre outros

¹¹ Estatutos Lanifícios Minerva, Rio de Janeiro, 1921. Arquivo Nacional, SPDF, caixa IJ – 759.

pequenos e diversos núcleos recreativos entre as diversas seções e departamentos do conglomerado.

Em 1920, as Indústrias Matarazzo apresentavam ramificações em várias partes do Brasil e também no exterior, produzindo bebidas, álcool, perfumes, sabão, velas, óleos diversos, gesso, entre outros produtos. Mesmo com tamanha ampliação dos negócios, a concentração das decisões administrativas ficou a cargo de Francisco Matarazzo (1854-1937). E é a uma dessas resoluções que faço menção especial: a criação da Associação Atlética Matarazzo, fundada em 1914 e voltada basicamente para o incentivo ao futebol, embora a associação também organizasse bailes e festivais esportivos e recreativos: “[...] o presidente da S/A Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo é, de direito, presidente honorário da Associação Atlética Matarazzo¹².

Um empregado, ao ser admitido na Matarazzo, tornava-se sócio, automaticamente, da Associação Atlética. As mensalidades variavam de acordo com as faixas salariais, descontadas em folha de pagamento. Tais contribuições, obrigatórias, livravam as Indústrias Matarazzo de subsídios com aluguéis da sede social e do campo de futebol da Vila Maria Zélia, localizado no bairro do Pari, das contas de energia elétrica e água, das despesas com material esportivo e com os salários dos empregados da Associação. Seus estatutos eram rígidos:

Capítulo II, artigo 9 – O sócio que faltar aos deveres ou às decisões da Diretoria [...] ou, de qualquer forma, prejudicar moral e materialmente os fins ou os interesses sociais, poderá [...] ser suspenso de um a seis meses ou, enfim, eliminado;

[...]

Artigo 12 – O sócio que tornar indigno de estima ou for demitido da Casa Matarazzo por faltas graves, será ‘ipso facto’ eliminado.
(ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA MATARAZZO)

O interesse no investimento com incentivos aos operários-jogadores da Matarazzo foi, a princípio, o de projetar o nome das empresas do grupo já que, ao que consta, não havia torcida nos jogos da Associação, diferentemente de outras agremiações. Segundo Fátima Antunes (1992), existem registros falsos de jogadores profissionais ou semiprofissionais na empresa para que as vitórias da Associação ocorressem com maior frequência. Muitos desses colaboradores, ao encerrarem a carreira, teriam se tornado empregados nas empresas Matarazzo pelos serviços prestados através do futebol.

¹² Estatutos da Associação Atlética Matarazzo, capítulo 1, artigo 3, de 18 de abril de 1932

No primeiro quartel do século XX, tornaram-se frequentes campeonatos internos em municípios de São Paulo com nomes de fábricas, indício do patrocínio fornecido pelas mesmas para a organização e viabilização de equipes de futebol operárias, o que, além de ser uma forma de divulgação do nome das empresas protetoras (assim como de seus produtos), promoveu de forma crescente a popularização de atividades esportivas (caso do futebol). Ou seja, para o empregador, uma forma de representação da fábrica e interferência/disciplina no tempo do colaborador (controle sobre o tempo livre dos trabalhadores), além de passar a visão de uma empresa vencedora e permitir a propaganda de seus produtos. Já para o trabalhador, os objetivos eram outros, como de crescimento e reconhecimento por parte da fábrica, além de ganhos pessoais e possibilidades de lazer. No entanto, um objetivo pouco explícito: retirar os operários das discussões e organizações sindicais. Ou seja, ao assumirem o papel de mantenedores dos clubes esportivos, empresários acentuaram a dependência dos trabalhadores em relação a eles, sendo que o controle sobre tais colaboradores não ficou restrito à fábrica, mas à vida privada dos mesmos, incluindo moradia e lazer (fora dos limites da linha de produção).

Nos anos 1920, difícil apontar uma indústria da capital paulista que não tivesse um time ou um clube de futebol. Apenas para ficarmos em São Paulo, podemos mencionar mais alguns clubes que continuaram ligados a empresas: Fábrica Sant'Ana, Gasômetro F.C., Associação Esportiva Casa Pratt, Maria Zélia F.C., Aniagem Paulista, Bloco Paraíba F.C., além dos grêmios das companhias inglesas como a São Paulo Railway, Gas Company e Light & Power (ANTUNES, 1992, p. 33).

Patrocinar um clube passou, também, a significar a criação de amizade com os colaboradores, o que teria contribuído para enfraquecer a mobilização da luta sindical ao reforçar a identidade entre os trabalhadores e fábricas. E o fenômeno não se limitou ao futebol, uma vez que os diversos clubes passaram a promover encontros dançantes, concursos de beleza e bailes carnavalescos. Ou seja, mais do que uma cultura operária, uma cultura fabril, em uma espécie de “coronelismo esportivo” que permitiu diminuir a distância dos empresários em relação aos seus servidores.

Bom para o empregador, bom para o trabalhador

O estímulo ao lazer para os operários pode – como acredito que o fez – evitar contestações às condições de trabalho oferecidas por várias empresas por proporcionar aos jogadores operários melhores condições do que aos demais trabalhadores. Em muitos clubes ligados a empresas, o operário-jogador estava impedido de associar-se aos sindicatos. Porém, não se pode afirmar que o controle foi total.

Fato que os patrocínios sempre foram bem aceitos pelos trabalhadores, numa espécie de vontade de manutenção de dependência, característica que, arrisco a afirmar, é bem própria de boa parte dos brasileiros. No entanto, Decca (1987), em seus estudos, aborda sobre formas de como as elites industriais e os poderes públicos, lançando mão de diversos dispositivos de coerção e repressão, buscaram se inserir no cotidiano dos trabalhadores, apontando aos mesmos uma série de práticas sociais e conhecimentos próprios que se tornaram pontos de resistência às incursões dos empresários na rotina operária, indicando que os empresários, ao promoverem o futebol no interior das fábricas, procuraram criar um elemento disciplinador através da prática.

Levando-se em consideração que o futebol seja um agente disciplinador, os clubes operários estruturados a partir das fábricas teriam reproduzido a dominação existente no interior do ambiente produtivo. Ou seja, oferecer subsídios a um clube de futebol operário de forma assistencialista e com interesses disciplinadores, teria sido uma forma encontrada por empresários de esvaziar movimentos reivindicatórios e controlar a vida dos trabalhadores. Porém, de certa forma, estruturaram uma resistência à dominação imposta pelo cotidiano, afinal, creio, a ação humana não deve ser vista apenas sobre as relações de produção. Se assim, não restaria qualquer manifestação de autonomia humana.

É provável que inúmeros clubes de fábrica tenham surgido de simples "bate-bolas", ou seja, de partidas de futebol improvisadas e disputadas na rua ou no pátio da fábrica durante o intervalo para o almoço entre aqueles trabalhadores que se dispusessem a jogá-lo. Certo, no entanto, que, aos poucos, a brincadeira foi ganhando maior organização. Com muitos trabalhadores querendo participar, os times começaram a ser formados no interior de cada seção de uma mesma fábrica. Com o crescimento do número de equipes, um maior número de partidas

passou a ser realizado.

O incremento das atividades de clubes passou a requerer um aprimoramento organizacional. Em cada unidade fabril incentivadora do esporte, foi estruturada uma diretoria, cujos membros tinham por função gerenciar as atividades do grêmio. A tendência era de que esses diretores fossem recrutados dentre os membros dos próprios quadros burocráticos da empresa como chefes, diretores e gerentes. Também passou a se comum o(s) dono(s) da fábrica ou altos funcionários ocuparem posições de destaque na burocracia do time, como, por exemplo, "presidente de honra", em sinal do "reconhecimento dos sócios" pelos serviços prestados ao clube.

O posicionamento sindical perante o futebol operário

Perante a popularização do futebol enquanto prática esportiva e de lazer entre os trabalhadores operários brasileiros nas primeiras décadas do século XX, as discussões sobre o tema entre anarquistas, anarco-sindicalistas¹³ e comunistas foram, na maioria das vezes, dúbias e não teriam contribuído para uma conclusão definitiva sobre o processo.

No geral, os tipos de anarquismo, o comunismo e mesmo o socialismo, mostraram-se críticos no que concerne ao tema futebol e às atividades de lazer em geral dos trabalhadores, enxergando nas atividades lúdicas o descaminho para a busca da liberdade, como se as mesmas pudessem desfocar a luta contra a exploração econômica e a busca da consciência libertária.

Os anarquistas viam os exercícios ao ar livre (tais como a ginástica e possivelmente o futebol) como exercícios saudáveis. Contudo, tais atividades deveriam estar a serviço da pregação libertária e serem oferecidas com cautela para não diluir o espírito revolucionário dos trabalhadores e não se tornar vícios que camuflassem o objetivo maior. Mais: as práticas relacionadas ao lazer poderiam se tornar um eficiente meio de propaganda de divertimento, confraternização e conscientização, além de uma forma de levantamento de recursos para a manutenção e proliferação dos ideais. No entanto, a posição da

¹³ Uma das prováveis razões para que o anarquismo e o anarco-sindicalismo tenham prevalecido sobre a corrente socialista no Brasil teria sido o fato do socialismo defender mudanças através do processo eleitoral, até porque a participação dos trabalhadores era restrita, além dos vícios fraudulentos de votação.

imprensa operária anarquista, de uma forma geral, foi a de alertar os trabalhadores sobre os malefícios dos jogos, especialmente o futebol, isto porque muitos operários estariam aderindo à prática como forma de agradar aos patrões, o que poderia desarticular a organização da classe operária.

Os jornais e periódicos anarquistas entendiam que o futebol, da forma como se popularizava entre os operários, estaria sendo o responsável por desviar o foco das reais intenções do movimento, a saber: o combate ao Estado, à Igreja e as formas de opressão e dominação que atingiam os trabalhadores. Acrescentavam que não deveria ser esquecido o fato de o futebol ter nascido no meio burguês, o que, por si só, já sinalizaria a necessidade de cautela, pois a prática do desporto não poderia desestruturar ou atrapalhar a organização da classe operária. Progressivamente, muitos simpatizantes do anarquismo passaram a condenar a prática, acusando-a de, juntamente com os bailes, de promover e defender os nomes de empresas e desviar a atenção da luta operária por melhores condições.

Vale destacar, no entanto, que a proliferação do futebol e a queda da prática no gosto do trabalhador - se teve ataques sutis por vezes e diretos em outras (como o fez o periódico *A Plebe* que o chamou de “derivativo domesticador”¹⁴) - nunca foi assunto de grande destaque por não ser considerado relevante, além do custo de uma edição, o que não lhe permitia “perder” espaços com assuntos não relacionados à situação política, econômica, social e sindical. De qualquer forma, os ataques mostraram-se, com o tempo, contínuos, demonstrando o desprezo pelo lazer quando fora das organizações de classe.

Com o passar do tempo e observando ser o futebol uma prática que se enraizava, tirando o operário da vida sindical, periódicos como o semanário *Germinal!*, editado em italiano, passou a atacá-lo de forma mais veemente: “Uma jornada de faina árdua e enervante para os moços bonitos e escovados da nossa melhor sociedade (!?!); bronquite, luxações nas pernas ou deslocamentos de clavícula, eis o resultado de um jogo bárbaro”¹⁵.

Da mesma forma que *O Germinal!*, o periódico anarquista *A Plebe*, atacava, mesmo que raramente, a prática do futebol:

¹⁴ *A Plebe*, edição de 09 de setembro de 1919

¹⁵ *Germinal!*, 13 de setembro de 1919

Tenta-se desorientar os ferroviários no intuito de desviar a atenção dos operários da mesma empresa (São Paulo Rainway). [...] Tiveram a idéia de organizar um clube de foot-ball com a boa intenção de fazer com que os seus operários passem a vida mais alegremente possível. [...] Mandam-nos aos domingos dar patadas como burros loucos, no meio de um pasto. (A PLEBE, 07/09/1919)

Com o apego dos trabalhadores ao bolapé, eventos (caso dos festivais operários) passaram a contar com partidas de futebol, mesmo com críticas dos que viam na prática “elementos culturais próprios da burguesia” (ANTUNES, 1994, p. 106).

Após a I Guerra Mundial (1914-1918), as reuniões operárias, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a idealizar festivais, piqueniques e excursões a lugares públicos, patrocinadas pela imprensa operária de inspiração anarquista. Dessa forma, festivais educativos e doutrinários passaram a ser gradualmente substituídos pelo entretenimento coletivo com a intenção de efetivar os laços de solidariedade de classe e de ocupação e domínio sobre os espaços públicos de cidades como São Paulo. O futebol, até pela atração e crescente apego, tornou-se uma ferramenta estratégica para tal e, por ser usado nas programações, popularizou-se ainda mais entre os trabalhadores.

Assim, se a princípio os anarquistas trataram o futebol com certa indiferença, atacando-o enquanto prática por considerá-la vulgar, violenta, inútil, de descendência burguesa, deterioradora do intelecto, incitadora de paixões e instrumento de dominação e alienação, perante sua aceitação e popularização entre trabalhadores várias lideranças da corrente passaram a aceitá-lo e mesmo inseri-lo em suas programações como uma atividade de aproximação, de instrumento de propaganda e fator de aglutinação, em clara mudança de posicionamento e reelaboração de conceitos, o que significa dizer que a disseminação do futebol teria colocado anarquistas em favor da prática como forma de disputar com os patrões seu controle.

Já as lideranças sindicais anarco-sindicalistas, a princípio, viram o esporte com certa desconfiança, vendo-o como uma tentativa patronal de desvio de atenção do proletariado sobre a exploração a que estava submetido.

Se o anarquismo e o anarco-sindicalismo influenciaram fortemente a organização operária brasileira entre o final do século XIX e 1922, é passível de afirmação, também, que a eclosão da Revolução Russa de 1917 trouxe a força de

novas orientações à luta trabalhista no mundo (no Brasil tais influências ganharão impulso principalmente entre 1919 e 1922, inclusive com muitos líderes anarquistas e anarco-sindicalistas migrando para o comunismo).

As ações contínuas de repressão à organização dos sindicatos de trabalhadores brasileiros (tais como prisões e deportações de líderes), associadas às dissidências de lideranças, apontaram o cenário do movimento operário nacional no ano de 1921: desarticulação (para não dizer desorganização). A fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, associada à decadência do anarquismo e anarco-sindicalismo enquanto forças influenciadoras da organização dos trabalhadores do país, trouxe ao movimento operário novas inspirações. E serão exatamente estes novos estímulos que nortearão a luta sindical brasileira a partir de então, ao menos até a Revolução de 1930. No que tange ao futebol, os comunistas, ao contrário dos anarquistas, acreditavam que a prática se estabeleceria como um campo de luta pela libertação das formas de miséria e opressão do trabalhador.

A propagação do futebol no Brasil, quando incentivada por anarquistas, comunistas e capitalistas, possui defesas. Algumas discussões apontavam o esporte como um elemento positivo e unificador de um país miscigenado, que poderia promover a educação e a solidariedade. Outros viam o futebol como expressão do atraso e do subdesenvolvimento. Ou seja, a dicotomia pareceria escancarada.

O confronto de posições divergentes em relação ao futebol é relevante por permitir a visualização variada de sentidos atribuídos à prática: de um lado, os que viam no universo futebolístico a possibilidade de quebra de preconceitos, de uma maior integração social e do rompimento de barreiras conservadoras. De outro lado, aqueles que viam na prática a possibilidade de retirar do trabalho a consciência de luta por melhores condições de trabalho e vida.

Os investimentos no futebol no Interior Paulista

A formação de clubes de futebol no interior do Estado de São Paulo teve um cenário diferente em relação à capital. Muitas agremiações foram estruturadas com face popular (no sentido de maior abertura e aceitação de associados e menos seletiva, aceitando ferroviários, trabalhadores de companhias de gás e eletricitários). Mais: o interior paulista mostrou-se um tanto quanto

distante das lutas e embates sindicais, tendo-os em menor intensidade.

Nos núcleos interioranos de São Paulo, assim como no do Rio de Janeiro, clubes foram organizados com a mesma intensidade das capitais, diferentemente de outras unidades da federação, onde a concentração de clubes de futebol se deu, em normalidade, nos centros econômicos e sedes administrativas, caso da Bahia e Pernambuco.

Mas a formação de agremiações de futebol no interior do Estado de São Paulo foi marcada pela relação mais próxima entre os trabalhadores, ávidos por atividades de lazer, incorporando diversos segmentos sociais (a capital de São Paulo, a princípio, tinha nos clubes de elite seus praticantes, cabendo aos trabalhadores a prática em campos edificadas nas várzeas). Ou seja, nas cidades interioranas paulistas os clubes apresentaram maior homogeneidade, até como forma de encontro dos diferentes estratos sociais (entenda-se trabalhadores e proprietários rurais, comerciais e industriais), em arranjos para “dar time”.

Clubes do interior paulista foram estruturados (pelo menos até a década de 1940) sem ingerência ou regulamentação do Estado. Em cidades paulistas como Campinas, Bauru, Piracicaba, Jundiaí, Limeira e Sorocaba, o impulso ao futebol também foi dado pelas Escolas Agrícolas da Capital (estudantes tomavam gosto pela prática e no retorno à sua respectiva cidade, procuravam impulsioná-lo como forma de manutenção da atividade).

Mas o maior incentivo ao futebol veio pelo setor ferroviário, próprio do avanço da produção cafeeira que tomou as primeiras décadas do século XX, caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (incentivadora de agremiações de futebol como o Paulista Futebol Clube, a Associação Atlética Ponte Preta, o Rio Claro Foot Ball Club, Clube Atlético Pirassununguense, Oeste Futebol Clube de Itápolis, o XV de Novembro de Jaú e Associação Atlética Internacional de Bebedouro), Estrada de Ferro Sorocabana (caso do Esporte Clube Noroeste, do Clube Atlético Sorocabana de Itapetininga, do Capivariano Futebol Clube e da Associação Atlética Ferroviária de Assis), Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (caso da Associação Atlética Francana, do Mogi Mirim Esporte Clube, do Esporte Clube Mogiana, do Palmeiras Futebol Clube da cidade de São João da Boa Vista, da Associação Atlética Ituveravense e do Botafogo Futebol Clube de Ribeirão Preto), Companhia Ituana de Estradas de Ferro (caso do Ituano Futebol Clube), Companhia de Estradas de Ferro Rio Claro (caso da Associação

Ferrovária de Esportes de Araraquara), Estrada de Ferro Bragantina (caso do Clube Atlético Bragantino, atual RB Bragantino), Estrada de Ferro Araraquara (caso do Mirassol Futebol Clube, da Associação Ferroviária de Esportes, do Rio Preto Esporte Clube e do América Futebol Clube) e Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (caso do Esporte Clube Noroeste, do Bandeirante Esporte Clube da cidade de Birigui, do Clube Atlético Linense e do Clube Atlético Ferroviário de Araçatuba)¹⁶. Ao longo de seus trajetos, a edificação de estações e, no entorno das mesmas, a estruturação de pequenas vilas erguidas a partir da iniciativa de funcionários que trabalhavam na manutenção das linhas. Vilas que se transformaram em cidades, caso dos municípios de Araçatuba, São José do Rio Preto e Mirassol.

Assim como em algumas localidades da capital paulistana, no interior, mais do que agirem como mecenas, industriais, comerciantes, proprietários agrícolas, entre outros com certo poder econômico-financeiro, talvez tenham sido induzidos a financiá-lo, o que significa afirmar que, como nos clubes de fábricas, as agremiações esportivas e culturais apoiadas pelas Companhias Ferroviárias também sofriam supervisão, através da exigência de relatórios de movimentação financeira e de balancetes regulares, embora a maior parte dos investimentos estivesse diretamente vinculada às empresas.

Recorrer a personalidades, fábricas e empresas para a formação de agremiações de futebol passou a ser comum nos vários municípios do interior paulista. Para os praticantes, apoio. Para personalidades, fábricas e empresas, estar vinculado a uma agremiação de futebol, tal seu desenvolvimento e popularização no Brasil, parecia interessante do ponto de vista de reconhecimento, promoção e mesmo monitorização sobre o lazer e o tempo livre dos trabalhadores.

O futebol suburbano fluminense

A ligação entre a produção de açúcar e Campos dos Goytacazes, norte fluminense, data do século XVII, quando da fundação do engenho de São Salvador (1650). No entanto, apenas cerca de um século após, a cultura do produto estruturou-se na região. A principal causa foi a decadência da produção

¹⁶ Dados obtidos a partir da análise dos estatutos das agremiações citadas

açucareira no Nordeste brasileiro. Dessa forma, a estruturação de Usinas de Açúcar na região norte fluminense consolidou a formação de um grupo social emergente: a dos empresários do açúcar (usineiros) que, nas primeiras décadas do século XX, converteram Campos dos Goytacazes em um grande polo exportador do produto.

Cada usina portava-se como um “mundo” dentro do município. Tinha suas regras, seus domínios, seus festejos do padroeiro e por consequência adquiria hábitos e tradições próprias.

Várias agremiações de futebol surgiram dentro de cada um destes mundos particulares em que se transformaram as usinas da região norte fluminense, com destaque ao Goytacaz (de base mais popular) e ao Americano (mais elitizado).

Embora crescente, a produção açucareira de Campos dos Goytacazes trouxe a repetida precarização das condições de trabalho, marcada, inclusive, pela exploração laboral infantil e feminina. Ou seja, a prosperidade das usinas ficou restrita aos proprietários e associados. A estruturação de várias equipes de futebol apoiadas pelas usinas e usineiros, teria minimizado o questionamento à exploração imposta aos colaboradores locais, caso do E C Cambaíba, de Heli Gomes, embora outros clubes tenham emergido em torno da economia açucareira e, por consequência, sob aparato de usineiros (SANTOS, 2017).

As empresas açucareiras cederam benefícios como a estruturação de campos para a prática futebolística, agregando funcionários e habitantes locais (o fato de uma agremiação possuir seu próprio campo possibilita à mesma ter fonte de arrecadação através de alugueres cobrados junto às agremiações desprovidas do equipamento, além de notoriedade patrimonial). Segundo PINTO (1984), as usinas da primeira metade do século XX possuíam vida e estrutura próprias e o proprietário do empreendimento era senhor absoluto dentro do seu raio de domínio. Aos seus empregados, em normalidade, o “usineiro” fornecia escola básica, armazém para aquisição de gêneros alimentícios, moradia, promoção de eventos festivos e o lazer através do bolapé. Exigia, em contrapartida, lealdade e dedicação laboral.

Desta forma, surgiram agremiações como o União e Aliança (Usina de Queimado), Ypiranga (Morro do Coco), Atlético (Goytacazes), Santo Antônio (Beco), Martins Laje (Martins Laje), Rio Preto (Morangaba), Palmeiras e Liberal (Cambaíba), Tamandaré (Santa Maria), Santa Cruz (Santa Cruz), Nacional

(Saturnino Braga), Comercial (Conselheiro Josino), Ururá e União de Ururá (Ururá), Cruzeiro (Poço Gordo), Estrela (Ponta da Cruz), Santo Eduardo, Esporte Clube Itávia e Cardoso Moreira Futebol Clube (FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO).

Conclusões

O futebol não foi uma invenção das camadas sociais dominantes para manipular a vida de trabalhadores. Foi, sim, um fenômeno de apropriação, de resistência.

O futebol de fábrica surgiu como entretenimento e lazer. Aos poucos, outros interesses brotaram, com empresários descobrindo na prática a possibilidade de se obter disciplina e controle sobre o tempo dos trabalhadores fabris, além do cerceamento sobre as atividades dos mesmos nos sindicatos, da valorização de seus produtos e artigos, da visualização positiva da empresa patrocinadora, da imagem de preocupação com a condição física e de lazer de seus subalternos.

A busca de patrocinadores para a prática – caso dos primeiros clubes operários que buscaram no patrão subsídios – também aponta para uma tendência do brasileiro: a de se sentir protegido e de depender de quem considera superior em termos econômico-financeiros.

O crescimento populacional dos principais centros urbanos do Brasil, caso de São Paulo e Rio de Janeiro, seguido de mobilizações reivindicatórias de novos componentes sociais como os operários, exigia a ampla popularização de um esporte de massas. Perante à nova demanda, práticas corporais teriam sido estimuladas – caso do futebol, que ganhava admiradores no país (mesmo em pequenos municípios) -, fazendo com que autoridades governamentais e dirigentes industriais passassem a convencer-se de que a prática serviria ao propósito de ser definitivamente estimada.

Teria sido a partir dessa nova visão que anarquistas, anarco-sindicalistas e comunistas teriam começado a torcer o nariz para o futebol, provavelmente por começarem a perceber que o esporte poderia elevar o nome da fábrica, além de gerar confrontos entre os times e, conseqüentemente, entre os trabalhadores, desvirtuando os caminhos das lutas operárias por conquistas coletivas. No entanto, as ações e posicionamentos vacilantes das correntes do movimento

operário brasileiro frente ao futebol, teriam contribuído para a popularização do esporte entre trabalhadores urbanos. Afinal, correntes como o anarquismo também procuraram beneficiar-se do jogo da bola por verem-no como atrativo instrumento de agregação entre trabalhadores.

A partir da popularização e democratização do futebol, a prática criou crostas no cotidiano e no imaginário do brasileiro, passando a funcionar como um mecanismo regulador da vida social.

Através do futebol, muitas agremiações prosperaram, numa espécie de “favoreça-me jogar e eu lhe amparo em seus interesses”. Porém, afirmar com veemência que o bolapé foi utilizado como forma de domínio sobre o trabalhador, é desmerecer a capacidade de discernimento do submetido. Até porque, em busca de apoio para praticar o futebol, obreiros teriam se aproveitado das intenções e desejos daqueles que desejaram ter a prática sob domínio.

Referências

ALVES, Paulo. **Anarquismo e anarcosindicalismo**: teoria e prática no movimento operário brasileiro (1906-1922). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

ANTUNES, Fátima M. **Futebol de fábrica em São Paulo**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ANTUNES, Fátima M. O futebol nas fábricas. **Revista USP**, São Paulo, Dossiê Futebol, n. 22, p. 104, 1994.

BATALHA, Cláudio H. M. Cultura Associativa no Rio de Janeiro. *In*: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Org.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p. 114.

BRETAS, Marcos Luís. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida operária fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ESTATUTOS/ATAS DO BANGU AC (1904, 1905, 1911, 1915 e 1916), Mavillis Foot Ball Club (1915) e Associação Atlética Matarazzo (1919 e 1932). **Arquivos**. Disponíveis no Arquivo Nacional (RJ).

FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Arquivos**. Disponível em: <http://www.fferj.com.br/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 05 maio, 1906.

GERMINAL!, São Paulo, 13 setembro, 1919.

KUPPER, Agnaldo. **Os Segredos da Bola**. São Paulo: Dialética, 2021.

LUCA, Tânia Regina. **O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo**. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo, 20 julho, 1917, p.2.

O PAIZ, Rio de Janeiro, 22 agosto, 1930, p. 2.

PINTO, Antônio Carlos Pereira. **Quem quebrou a casa de meu pai**. Rio de Janeiro: Editora Comunità, 1984.

A PLEBE, São Paulo, 07 e 09 setembro, 1919.

RECENSEAMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO, 1907 (CIB).

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge. Quando a fábrica cria o clube: o processo de organização do Bangu Athletic Club (1910). **Recorde**: revista de história do esporte, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-19, jan/jun. 2013.

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge. **A vida divertida suburbana: representações, identidades e tensões em um arrabalde chamado Bangu (1895-1929)**. 2017. Tese (Doutorado) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, Leonardo Soares. Os times de Usina de Campos dos Goytacazes/RJ (1917-1980). **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos de Goytacazes, ano 15, n. 58, p. 10-52, dez. 2017.

A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 16 junho, 1909.